A INSUSTENTABILIDADE CAPITALISTA NAS RELAÇÕES DE GÊNERO:

considerações ecofeministas sobre possibilidades emancipatórias

Liliana Sampaio Mendes[1]

RESUMO:

O objetivo do presente artigo é analisar, ainda que de forma introdutória, a perspectiva ecofeminista acerca das relações de gênero concebidas na sociedade capitalista e patriarcal. Assim, identifica-se que a ordem do capital exerce influência direta sobre o patriarcado, e, por conseguinte, sobre a questão de gênero. Portanto, o ecofeminismo propõe uma visão holística que possibilita a compreensão da opressão em sua totalidade, bem como um maior entendimento acerca de suas múltiplas manifestações vivenciadas nesse sistema e os mecanismos que as sustentam, evidenciando, pois, que tanto a natureza, quanto a mulher, assumem posição de subalternidade no bojo dessas relações, uma vez que ambas estão sujeitas ao domínio violento do capital. Nesse sentido, busca-se investigar as possibilidades emancipatórias apresentadas pela teoria ecofeminista, a qual visa contribuir para a construção de uma sociedade sustentável e liberta das amarras capitalistas.

Palavras-chave: Ecofeminismo. Relações de Gênero. Capitalismo.

ABSTRACT:

The aim of this article is to analyze, albeit in an introductory way, the ecofeminist perspective on gender relations conceived in capitalist and patriarchal society. Thus, it is identified that the order of capital has a direct influence on patriarchy and, therefore, on the gender issue. Therefore, ecofeminism proposes a holistic view that makes it possible to understand oppression in its entirety, as well as a greater understanding of its multiple manifestations experienced in this system and the mechanisms that support them, thus showing that both nature and women , assume a position of subordination in the midst of these relations, since both are subject to the violent domination of capital. In this sense, we seek to investigate the emancipatory possibilities presented by the ecofeminist theory, which aims to contribute to the construction of a sustainable society and free from capitalist bonds.

Keywords: Ecofeminism. Gender relations. Capitalism.

[1] Graduanda de Serviço Social na Universidade Federal do Maranhão.
Contato: liliana.sm@discente.ufma.br

1. INTRODUÇÃO

O patriarcado é um sistema que conta com uma base material concreta, ancorada na divisão sexual do trabalho, no entanto, ele nem sempre existiu, esse modelo foi construído ao longo da história e perpassou diversos modos de produção, pois se reatualiza e invade todas as esferas da vida social. Com o advento do capital, o domínio patriarcal assumiu nova configuração e, por conseguinte, as relações de gênero passaram a sofrer influência de diferentes determinantes.

A força e violência são elementos essenciais de um sistema de dominação e são baseados na afirmação de que existem seres melhores que outros, em posição superior e que, por direito, devem dominar os seres designados como inferiores. O capitalismo e o patriarcado estruturam-se nessa lógica e, juntos, reverberam múltiplas formas de opressão no que diz respeito as relações constituídas em seu bojo, sejam elas entre seres humanos ou com a natureza. A questão de gênero, inserida nesse contexto, revela uma problemática complexa e dinâmica a qual se mostra como objeto de estudo em diferentes áreas. No presente artigo pretendemos unir o debate feminista ao debate ecológico para analisar a relação natureza e gênero no sistema capitalista, mais precisamente, o ecofeminismo como possiblidade emancipatória frente as opressões de gênero na ordem do capital.

A teoria ecofeminista diz respeito a compreensão ampla da questão de gênero no capitalismo e os múltiplos determinantes e desdobramentos. Devido aos seus fundamentos teóricos e práxis interseccionais, essa vertente propõe a junção de bandeiras feministas, ambientais e animalistas, com vistas a combater a fragmentação da classe subalternizada pela ideologia burguesa hegemônica, de modo a unificar a luta contra um inimigo comum: o capital. Para tanto, o ecofeminismo propõe analisar a estrutura da opressão vivenciada pelas mulheres na sociedade burguesa e patriarcal, investigando o machismo e os elementos que possibilitam tal situação, sejam eles práticos ou ideológicos.

Outrossim, compreendemos a importância do arcabouço teórico ecofeminista no que diz respeito a compreensão profunda da complexidade das relações sociais e de gênero, permeadas por forte influência patriarcal que se alicerça em ideais

socialmente construídos e de raízes profundas no ideário popular, que visa a manutenção da mulher em seu status inferior, assim, cria mecanismos que assegurem essa posição, os quais atuam na legitimação de conceitos machistas. Não obstante, destacamos que o ecofeminismo mostra sua peculiaridade de análise no momento em que propõe o casamento entre dois grandes segmentos invisibilizados e anulados na sociedade: mulheres e natureza, de modo a reinventar a discussão feminista com a construção de novos caminhos para a liberdade.

2. O PATRIARCADO, O CAPITALISMO E A CONSTRUÇÃO DE GÊNERO: em que ponto nos perdemos?

O sistema patriarcal se reinventou no bojo do capitalismo e passou a assumir novas roupagens, pois, encontra neste terreno fértil para sua consolidação, uma vez que diz respeito a ascensão da figura masculina às posições de poder e autoridade. Assim, é possível identificar semelhanças entre estas duas categorias, a medida em que ambas constituem sistemas de dominação e evidenciam um aspecto predatório de colonização, conquista e controle.

O capitalismo pauta-se na desigualdade – de gênero, classe e etnia – e reproduz a lógica da sujeição, haja vista a perpetuação da concentração de poder nas mãos de uns, enquanto outros são relegados a posição subalterna na sociedade. O sistema capitalista reverbera uma pluralidade de formas de opressão que alimenta o patriarcado, pois, a medida em que o capital molda as relações sociais, interfere, também, nas relações de gênero, o que possibilita os novos contornos assumidos pelo sistema patriarcal na sociedade.

Dentre tantas formas de dominação que o casamento capitalista-patriarcal possibilita, a desigualdade de gênero grita, historicamente, junto a exploração sobre a natureza. Assim, neste primeiro momento nos deteremos a análise da construção das relações de gênero sob a influência desses determinantes.

Ao observar a dinâmica das relações sociais, é possível notar que homens e mulheres assumem papéis distintos e são ensinados desde a primeira infância a ocuparem seus lugares na sociedade. Meninas brincam de serem donas de casa, com

suas bonecas e cozinhas de brinquedo, enquanto meninos podem sonhar mais alto, podem brincar de engenheiro, arquiteto, médico, super-herói, astronauta, policial, detetive, etc. Meninas desde crianças aprendem como devem se comportar, são ensinadas sobre o que se espera de uma mulher, são moldadas para assumirem papéis de mãe, esposa, dona de casa e, as vezes, trabalhadora – e nesses casos, são ensinadas, também, a naturalizar a dupla jornada de trabalho e a desvalorização do trabalho doméstico, a exemplo, muitas vezes, de suas próprias mães –, moldam sua feminilidade a luz de contos de fadas e comédias românticas, pois devem ser delicadas, meigas e carinhosas, atenciosas com seus maridos e disponíveis para serem conquistadas pelo príncipe encantado. Enquanto meninos "são só meninos", sem obrigação de amadurecer rápido, pois têm seus erros facilmente perdoados pela sociedade, mas, aprendem, também, sobre seus papéis enquanto homens, provedores do lar, conquistadores de mulheres, dominadores e líderes de suas famílias, moldam sua virilidade a luz de filmes pornográficos, são forçados a reprimirem seus sentimentos, pois "homem não chora" e assim, com a empatia suprimida e guardada no bolso, saem a caça, colonizando terras, mulheres e animais.

Conforme compreende Beauvoir (1970, p. 351): "a sociedade patriarcal deu a todas as funções femininas a figura de uma servidão; a mulher só escapa da escravidão no momento em que perde toda eficiência.".

E, assim, machos e fêmeas se tornam homens e mulheres. A construção social de gênero, já tão naturalizada que, por vezes, passa despercebida, é cruel, pois se dá enquanto principal mecanismo para desigualdade nas relações de gênero. Os papéis socialmente esculpidos e impostos não o são por mero acaso, pelo contrário, cumprem ao propósito claro de subjugar o gênero feminino, a legitimar a inferioridade da mulher moldando-a para a subserviência, pois esvazia dela a sua força, a sua capacidade, ensinando-a desde cedo que seu lugar é a sombra de um homem, ao passo em que enaltece o macho, o homem dominador, que cresce para assumir sua posição de autoridade. (SAFIOTTI, 1987)

Destacamos o capitalismo como principal determinante nesse processo, pois o patriarcado assume contornos históricos na sociedade, no entanto, com a

consolidação do capital, este passa a adquirir novas roupagens a medida em que se constitui como um de seus mecanismos, servindo ao propósito capitalista de esvaziamento da classe trabalhadora, fragmentando-a e legitimando a desigualdade de gênero.

Não obstante, uma outra categoria figura esse debate: a propriedade privada, a qual se apresenta como um dos pilares que sustentam o sistema capitalista e, porque não, o patriarcado, também. Assim, destacamos o pensamento de Beauvoir (1970, p. 74-75):

> [...] A propriedade privada aparece: senhor dos escravos e da terra, o homem torna-se também proprietário da mulher. Nisso consiste "a grande derrota histórica do sexo feminino". Ela se explica pelo transtorno ocorrido na divisão do trabalho em consequência da invenção de novos instrumentos. [...]. É o aparecimento da família patriarcal baseada na propriedade privada. Nessa família a mulher é oprimida. O homem, reinando soberanamente, permite-se, entre outros, o capricho sexual: dorme com escravas ou hetairas, é polígamo. A partir do momento em que os costumes tornam a reciprocidade possível, a mulher vinga-se pela infidelidade: o casamento completa-se naturalmente com o adultério. É a única defesa da mulher contra a servidão doméstica em que é mantida; a opressão social que sofre é a consequência de uma opressão econômica. A igualdade só se poderá restabelecer quando os dois sexos tiverem direitos juridicamente iguais, mas essa libertação exige a entrada de todo o sexo feminino na atividade pública. [...].

A lógica que sustenta o patriarcado é a dominação, a sujeição e a propriedade. Tais valores são compartilhados, também, pelo capital, que já os praticava sobre a natureza desde o início de sua estruturação, pois enxergou os recursos naturais como uma presa fácil, um mero objeto a sua disposição para exploração e obtenção de lucro, uma mercadoria como todo o resto, adotando, então, condutas abusivas para com a natureza muito parecidas com aquelas impostas sobre as mulheres pelo patriarcado.

Conforme já exposto, a construção da feminilidade cumpre a um propósito específico: a manutenção da hierarquia de gênero a qual a mulher encontra-se em posição subalterna. No entanto esse debate apresenta aspectos mais profundos, pois, ao passo que o patriarcado designa o que é ser mulher e qual o lugar ocupado por ela, ele anula a historicidade, a natureza, o passado de lutas e as potencialidades desse gênero, revelando uma outra face dessa opressão que remonta à Idade Média,

quando mulheres sábias que começavam a caminhar para fora dos limites impostos tornaram-se “bruxas” para a sociedade, sendo brutalmente perseguidas e assassinadas.

Não obstante, compreendemos que a feminilidade preparada já nos tempos do capital, corrobora para a alienação da mulher com a natureza, reduzindo-a a mera esposa e mãe, propriedade de um homem, caracterizando-a apenas como caridosa, gentil, meiga, subserviente, cuidadosa, o que esvazia a sua força observada desde os primórdios da história como conhecedora dos ciclos da natureza, da lua, da agricultura, da medicina, da espiritualidade:

> Observamos, ao longo dos séculos, a pilhagem, a redução do espaço e o esmagamento da natureza instintiva feminina. Durante longos períodos, ela foi mal gerida, à semelhança da fauna silvestre e das florestas virgens [...]. As terras espirituais da Mulher Selvagem, durante o curso da história, foram saqueadas ou queimadas, com seus refúgios destruídos e seus ciclos naturais transformados à força em ritmos artificiais para agradar os outros. [...]. A mulher moderna é um borrão de atividade. Ela sofre pressões no sentido de ser tudo para todos. A velha sabedoria há muito não se manifesta. (ESTÉS, 2018, p. 15)

O sistema patriarcal-capitalista exerce influência direta sobre a relação mulher/natureza, haja vista que a imposição de padrões de feminilidade contribui para a anulação da mulher enquanto sujeito, bem como para o seu processo de alienação, ou seja, essa ideologia acomoda a mulher a um local de subalternidade, uma vez que é através dela que a mulher naturaliza a opressão e cristaliza determinados comportamentos que servem a lógica patriarcal de domínio. Nesse processo a mulher passa a desconhecer-se de si mesma, de suas raízes, perde sua historicidade e assume o papel a ela imposto: “Obedecer a um sistema de valores tão desprovido de vida provoca uma perda extrema de vínculo com a alma. [...]” (ESTÉS, 2018, p. 260)

3. A RELAÇÃO MULHER/NATUREZA NA SOCIEDADE CAPITALISTA

A consolidação do sistema capitalista reverberou alterações na dinâmica das relações sociais e da relação do ser humano com a natureza. A natureza passou a ser percebida como mercadoria a disposição do capital para exploração, ao mesmo passo em que o homem foi reduzido ao valor de sua força de trabalho, transformada, também, em mercadoria. Desse modo, compreendemos a importância da análise

marxiana no tocante as categorias corpo orgânico e inorgânico e fratura metabólica, uma vez que estas possibilitam a melhor compreensão do processo de alienação e reificação ao qual tanto homem, quanto natureza, estão sujeitos na sociedade capitalista.

Os homens que outrora encontravam diretamente na natureza as condições para realização da vida genérica, que ao longo de outros modos de produção ainda estabeleciam algum elo com ela, no sistema capitalista encontram-se alienados dessa relação, pois o capital passa a determinar essa dinâmica (MARX, 2010):

> "A vida genérica, tanto no homem quanto no animal, consiste fisicamente, em primeiro lugar, nisto: que o homem (tal qual o animal) vive da natureza inorgânica, e quanto mais universal o homem é do que o animal, tanto mais universal é o dompinio da natureza inorgânica da qual ele vive. [...]. Fisicamente o homem vive somente destes produtos da natureza, possam eles aparecer na forma de alimento, aquecimento, vestuário, habitação, etc. Praticamente, a universalidade do homem aparece precisamente na universalidade que faz da natureza inteira o seu corpo inorgânico, tanto na medida em que ela é um meio de vida imediato, quanto na medida em que ela é o objeto/matéria e o instrumento de sua atividade vital. A natureza é o corpo inorgânico do homem, [...]. O homem vive da natureza significa: a natureza é o seu corpo, com o qual ele tem de ficar num processo contínuo para não morrer. Que a vida física e mental do homem está interconectada com a natureza não tem outro sentido senão que a natureza está interconectada consigo mesma, pois o homem é uma parte da natureza." (MARX, 2010, p. 84)

Nesse sentido, destacamos a necessidade de um recorte de gênero para a presente discussão, haja vista a similaridade encontrada na opressão vivenciada pela natureza e pelas mulheres na sociedade capitalista. Como já exposto antes, a construção do gênero feminino cria padrões de feminilidade impostos às mulheres que as acorrentam desde criança até o fim de suas vidas, tais elementos apagam a essência das mulheres, o saber ancestral, podando-as e cerceando-as, privando-as da liberdade e, consequentemente, diminuindo-as na sociedade. Carrobrez e Lessa (2019, p. 97) elucidam: "[...]. O patriarcado influenciou nossas ideias mais fundamentais sobre a natureza humana e sobre nossa relação com o universo, são elas, a natureza do homem e a relação deste com o universo, na linguagem patriarcal. [...]".

A história eurocêntrica contada por homens brancos anula a participação da mulher, que cresce sem representatividade, sem conhecer sua história, sem saber a força de suas ancestrais; a criação de tabus ensina que a menstruação é suja, é nojenta, que “aqueles dias” devem ser passados escondidos, sem ninguém saber, sem falar em voz alta; a pressão estética impõe um padrão de beleza fictício, adoecendo mulheres e aniquilando sua autoestima, as quais se sujeitam a tantos procedimentos que acabam se desconhecendo ao longo do percurso; ao longo da história mulheres são tão reprimidas que se esquecem de quem são, ou nem chegam a conhecer quem são, perdem a conexão com seus instintos, tomam medicamentos para impedir a menstruação e adquirem problemas de saúde em decorrência disso, tornam-se um corpo a ser explorado por um homem, conquistado por ele, e, depois, propriedade privada dele.

Situação semelhante é imposta à natureza. Pensar em natureza já é pensar no feminino: A natureza, vem logo a mente a ideia de uma mãe que gera e concebe filhos, que passa por ciclos – como as mulheres –, que tem um conhecimento ancestral, que é forte, que resiste. E, sendo assim, também está exposta ao domínio, a exploração, a colonização de homens sobre ela. A terra se tornou um objeto, é vista apenas como recursos naturais que estão ali para servir às necessidades dos homens, explorados incessantemente em busca do lucro, o sistema capitalista e patriarcal é, antes de tudo, um sistema predatório e, por isso, violento.

A história que é conveniente ao capital apagar é a história da mulher com a natureza, da relação íntima entre elas e da conexão particular que uma tem com a outra e que, para o patriarcado além de desconhecida, é perigosa. Mulheres passam por ciclos semelhantes a natureza, conhecem esses ciclos a partir de seus instintos, de um saber ancestral que remonta ao início da história dos homens, que começa pelo conhecimento sobre a terra, sobre a agricultura, as plantas e os animais, que envereda pela cura, pela medicina e por conhecimentos que quanto mais evoluídos, mais poder significam.

Na sociedade capitalista essa relação se dissipa aos poucos, se perde com a fratura metabólica, com a construção da feminilidade e com a invisibilização que a

mulher sofre. Quanto mais a mulher é sujeita a artificialidade, mais perde seu vínculo primário com sua origem. Assim como a natureza, que sendo cada vez mais esgotada, gradativamente vai perdendo-se de si e tornando-se apenas mercadoria nas mãos do capital.

Estés (2018) concebe a ideia de “Mulher Selvagem” para enveredar pela discussão de gênero na sociedade capitalista, compreendendo que antes da mulher se tornar mulher – como já diz a máxima de Beauvoir “ninguém nasce mulher, torna-se mulher”, ou seja, antes de passar por todo o processo imposto de construção de gênero feminino, ela era alguém cuja essência se perde no meio da artificialidade capitalista, alguém semelhante as suas ancestrais queimadas na fogueira por serem “bruxas”:

> [...]. Trata-se da lembrança do nosso parentesco absoluto, inegável e irrevogável com o feminino selvagem, um relacionamento que pode ter se tornado espectral pela negligência, que pode ter sido soterrado pelo excesso de domesticação, proscrito pela cultura que nos cerca ou simplesmente não ser mais compreendido. Podemos ter-nos esquecido do seu nome, podemos não atender quando ela chama o nosso; mas na nossa medula nós a conhecemos e sentimos sua falta. Sabemos que ela nos pertence; bem como nós a ela. (ESTÉS, 2018, p. 19)

E, também:

> Portanto, o termo *selvagem* neste contexto não é usado em seu atual sentido pejorativo de algo fora do controle, mas em seu sentido original, de viver uma vida natural, uma vida em que a criatura tenha uma integridade inata e limites saudáveis. Essas palavras, *mulher* e *selvagem*, fazem com que as mulheres se lembrem de quem são e do que representam. Elas criam uma imagem para descrever a força que sustenta todas as fêmeas. Elas encarnam uma força sem a qual as mulheres não podem viver. (ESTÉS, 2018, p. 21)

Portanto, compreendemos que o capitalismo ao apreender a similaridade e complementariedade da relação mulher/natureza, passou a incrementar mecanismos de opressão à ambas, subjugando-as a sua ordem junto ao sistema patriarcal. Percebemos isso quando analisamos as características atribuídas as mulheres como: cuidado, empatia, sentimentalismo, geradora de filhos, etc., utilizadas como justificativas para relega-la ao espaço de sexo frágil, de subserviência, características estas que são semelhantes as conferidas à natureza, de modo que concordamos com Puleo (2019, p. 46):

> A efectos de compreender el encuentro entre feminismo y ecologismo, es importante tener presente que el feminismo supo mostrar que uno de los mecanismos de legitimación del patriarcado há sido la naturalización de La Mujer, realizada a través de la conceptualización de la Mujer como Alteridad, como Naturaleza, como Vida Cíclica casi inconsciente, por parte del Hombre (Varón) que se reservaba, así, los benefícios de la civilización.

Desse modo, a difusão da ideia de que mulheres seriam mais passionais e temperamentais assume a posição de legitimar o argumento de inferioridade feminina, bem como a comparação da relação mulher/natureza como algo arcaico, retrógrado, de forma a valorizar "a mulher moderna" cada vez mais moldada por padrões e presa a normas e ideais. Em outras palavras: a mulher domesticada e construída socialmente pelo padrão de feminilidade que o gênero impõe passou a ser valorizada a partir de uma perspectiva de que isso significa "progresso", enquanto para a mulher ancestral, a mulher intuitiva, cíclica, conectada a natureza, é atribuído o rótulo de "atraso": "[...] las democracias modernas nacidas de la crítica ilustrada terminaron excluyendo a las muujeres del mundo de lo público com el argumento de que eran más cercanas a la Madre Naturaleza e inaptas, por lo tanto, para la elevada racionalidade del ámbito de lo público. [...]" (PULEO, 2019, p.47)

4. POSSIBILIDADES EMANCIPATÓRIAS E ATUALIZAÇÃO DO DEBATE FEMINISTA FRENTE A REINVENÇÃO DA OPRESSÃO DE GÊNERO NO CAPITALISMO: POR QUE (ECO)FEMINISMO?

Ao identificarmos que a opressão de gênero assume novas e diferentes roupagens influenciadas pela dinâmica da ordem capitalista, notamos a necessidade de reinvenção do próprio movimento feminista. A ampliação da perspectiva acerca das relações de gênero permite a inserção do debate ecológico, haja vista as semelhanças apresentadas por essas duas categorias, principalmente, o que diz respeito ao espaço subalterno assumido por elas na dinâmica do capital. Unificar a luta feminista com a luta ecológica significa traçar novos caminhos emancipatórios para ambos os lados, com o objetivo único de derrotar dois inimigos em comum: o patriarcado e o capitalismo:

> [...] No nível mais amplo, o ecofeminismo refere-se à ideia de que a desvalorização das mulheres e da natureza tem andado de mãos dadas na sociedade ocidental patriarcal. Essa desvalorização se reforça mutuamente,

> por exemplo, as mulheres são associadas com a natureza e por isso também é desvalorizada. A desvalorização das mulheres é também comumente vista como conectada com outras formas de opressão, tais quais racismo, classismo, heterossexismo e especismo. (KHEEL, 2019, p. 34)

A partir da análise de Kheel (2019) compreendemos que o ecofeminismo emerge de uma percepção mais profunda acerca das relações de gênero permeadas pelo machismo, patriarcado e capitalismo, pois compreende cada engrenagem que alicerça o domínio patriarcal sobre mulheres, natureza e animais não humanos. Assim, destacamos que essa vertente feminista passa a ser mais difundida nos anos 1970[2], em um contexto de acirramento da – até então latente – questão ambiental a nível mundial, no qual cresceram os debates sobre a tema revelando problemáticas emergentes. Desse modo, o ecofeminismo pauta-se na luta contra quaisquer formas de exploração, sejam elas sobre a natureza, sobre os animais não humanos, sobre homens e sobre mulheres. (KHEEL, 2019)

O feminismo encontra com a ecologia quando reconhece o complexo, dinâmico e contraditório sistema de domínio e exploração ao qual essa classe subalterna está inserida de modo extremamente desigual. Os diversos mecanismos de dominação cumprem um propósito claro de desumanizar a natureza, os animais e os seres humanos, alienando-os de si mesmos e de uns com os outros, pois esvazia a sua sacralidade e anula a terra enquanto organismo vivo, pois isso facilita o processo de reificação das relações sociais e de mercadorização dos recursos naturais.

O ecofeminismo propõe analisar a conexão da exploração vivenciada por mulheres, por povos nativos, por animais e pelo meio ambiente, além disso propõe, também, o reencontro da mulher consigo mesma, a libertação da mulher domesticada, da mulher anulada pelo machismo. A compreensão da opressão em sua totalidade permite ao ecofeminismo ampliar horizontes e transcender a relação de gênero homem/mulher:

> Ecofeministas apontam para uma série de dualismos que permeiam a cultura ocidental, incluindo racional/irracional, autônomo/dependente, bom/mau, sagrado/profano, consciente/inconsciente, ativo/passivo e masculino/feminino. O lado positivo do dualismo é associado com aquele que

[2] Françoise d'Eaubonne, intelectual feminista francesa, inaugura o termo Ecofeminismo em sua obra "O Feminismo ou a Morte", uma vez que envereda por um debate que elucida questões acerca da emancipação feminina e a sustentabilidade, reconhecendo conexões concretadas entre diferentes formas de opressão.

> transcende a terra e o lado negativo é associado com o mundo material mais modesto da matéria [matter] (palavra que deriva da mesma raiz que a palavra "mãe" [mother]). Nessa visão dualista, o sagrado é visto como materializado num Deus masculino situado no céu, que cria e governa sobre a Terra imaginada feminina. (KHEEL, 2019, p. 33)

Nesse sentido, uma vez que o ecofeminismo compreende os vínculos concretos entre as diversas formas de dominação na sociedade capitalista, ele possibilita a unificação de movimentos anticapitalistas com pautas afins, como: o movimento pelo direito dos animais que se posiciona contra o especismo; o movimento de mulheres que assume bandeiras contra o sexismo e o machismo; o movimento ecológico, o qual agrega pautas contrárias a exploração desenfreada do capital. A organização política desses movimentos contraria a fragmentação de classe e fortalece o lado oprimido, pois aponta para caminhos de superação da condição de vulnerabilidade em busca da emancipação. (SESMA, 2019)

O movimento ecofeminista parte de uma visão holística e concebe a terra como organismo vivo, busca empoderar as mulheres através da quebra de grilhões ideológicos que as mantém em cativeiro a sombra de homens, assim, retoma categorias marxianas acerca da alienação, do corpo inorgânico e orgânico com vistas a superar a fratura metabólica aprofundada pelo capital. O ecofeminismo nasce da necessidade de reinvenção do debate de gênero e da questão ambiental, a fim de construir novas alternativas emancipatórias frente a insustentabilidade capitalista.

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

A análise acerca dos determinantes complexos que permeiam as relações de gênero permitiu identificar que há complementaridade e similaridade entre as violências sofridas tanto por mulheres quanto pela natureza, as quais se configuram não apenas como produto de um sistema predatório, mas, também, como mecanismo de legitimação deste sistema, de modo a agir com um fim claro e específico: manter a ordem do capital.

Compreender que mulheres e natureza são semelhantes e têm tantas características em comum, as quais por vezes são anuladas ou deturpadas e usadas como arma do capital contra elas, que compartilham da exploração, do domínio e da colonização de terras e corpos, que são ensinadas a subserviência e a servidão

voluntária, significa romper com a venda sobre olhos, enxergar e identificar o lugar de onde vem tantas ideias já naturalizadas, cristalizadas pela sociedade.

A domesticação feminina, conforme compreende Beauvior (1967), cumpre ao papel exitoso de internalizar o machismo nas mulheres, bem como de naturalizar a subordinação destas, uma vez que a reprodução de tantos comportamentos vindos da dualidade ocidental homem/ mulher, opressor/oprimida, reverberam na teia das relações sociais, e, por serem tão reproduzidos, caem na normalidade. No entanto, o ecofeminismo, ao enveredar pela desmistificação de tais mecanismos de opressão, inaugura um novo horizonte para o feminismo e para a ecologia, uma vez que propõe aliar a construção de uma nova sociedade liberta, igualitária e sustentável. (KHEEL, 2019)

O recorte ecofeminista escancara as dimensões da opressão de gênero na sociedade capitalista, de modo que também possibilita fazer conexões desta com a questão ambiental. O presente artigo ao discorrer acerca da construção da feminilidade atrelada a alienação para com a natureza inorgânica, evidencia a raiz profunda de problemáticas que apontam para a insustentabilidade capitalista tanto no que diz respeito ao debate ecológico, quanto ao debate de gênero.

Desse modo, compreendemos a relevância da peculiaridade de análise do ecofeminismo, pois este se dá enquanto reinvenção do debate feminista na atualidade, agregando pautas emergentes que estavam, por anos, latentes na sociedade. A interseccionalidade desse debate propicia um estudo mais abrangente sobre os desdobramentos da dinâmica do capital para com o desenfreado aumento de violações sofridas por mulheres, natureza e animais.

Outrossim, entendemos que o ecofeminismo apresenta novos caminhos emancipatórios, novas alternativas para luta do oprimido contra o opressor. É de suma importância que o estudo ecofeminista avance, para avançar, também, a construção da superação da ordem do capital.

REFERÊNCIAS

BEAUVOIR, Simone**. O Segundo Sexo: Fatos e Mitos.** 4. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1970.

_____. **O Segundo Sexo: A Experiência Vivida**. 2. ed. São Paulo: Difusão Europeia do Livro, 1967.

CARROBREZ, M.; LESSA, P. Por um Ecofeminismo Animalista: contribuições de Carol Adams e Greta Gaard. *In:* ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (Orgs.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. p. 95-109

ESTÉS. C. P. **Mulheres que correm com os lobos.** 1. ed. Rio de Janeiro: Rocco, 2018.

KHEEL, M. A contribuição do ecofeminismo para a ética animal. *In:* ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. p. 29-42

MARX, Karl. **Manuscritos Econômico-filosóficos**. 4. ed. São Paulo: Boitempo, 2010.

PULEO, A. H. Ecofeminismo: una alternativa a la globalización androantropocéntrica. *In:* ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. p. 43-59

SAFFIOTI, H. I. B. **O poder do macho.** 11. ed. São Paulo: Moderna, 1987.

SESMA, A. V. De la lógica de la dominación al respeto y la empatía: hacia uma relación ecofeminista com los animales y la naturaleza. *In:* ROSENDO, D.; OLIVEIRA, F. A. G.; CARVALHO, P.; KUHNEN, T. A. (Org.). **Ecofeminismos: fundamentos teóricos e práxis interseccionais**. 1. ed. Rio de Janeiro: Ape'Ku, 2019. p.64-94